

Risco de corte faz Congresso voltar a encher

BRASÍLIA — Dois dias após ter entrado em vigor a decisão do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), presidente do Congresso Nacional, de promover cortes nos salários dos parlamentares (NCz\$ 171,00 por cada sessão) que não estiverem presentes às sessões da Casa, o movimento voltou a ser grande na Câmara e no Senado.

O ex-presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que no dia 1º de dezembro de 88 anunciara, antes de seu sucessor, Nelson Carneiro, a decisão de descontar o salário dos senadores ausentes, justificou o fato de não ter aplicado a punição para os parlamentares durante a sua gestão. "Durante 1987 e 1988", disse, "prevaleceu a prioridade da Assembléia Constituinte, cabendo portanto a seu presidente as medidas reguladoras do seu funcionamento". O "recesso branco" na época das eleições de 88, segundo o senador, foi outro motivo para que só agora a punição fosse levada à prática.

Na Câmara, apesar de não ter havido votação — e conseqüentemente não ter sido feita verificação de quórum — houve expressivo comparecimento de deputados. Havia 255 parlamentares em plenário. O Senado Federal também contou com um quórum expressivo, mas como não foi realizada nenhuma votação, não houve registro nominal dos presentes.

Desde o último dia 15 de fevereiro, o Congresso Nacional não tinha conseguido obter quórum para votar nenhum veto presidencial. A movimentação nos corredores do Congresso foi intensa durante todo dia. Hoje a Câmara e o Senado realizam sessões ordinárias, destinadas apenas a comunicações e discursos. O número de parlamentares deve ser mínimo, como acontece de hábito todas as sextas-feiras.